

Município de Ivatuba

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 76.285.337/0001-54

Rua Marechal Floriano, 797 - Centro - Ivatuba - PR - CEP: 87.130-000

Fone/Fax: (44) 3273.1161 - e-mail: pmivatuba@ivatuba.pr.gov.br

LEI Nº 828/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicado no Órgão Oficial

Eletrônico do Município de Ivatuba

Ano 2019 Edição N° 1193

Página(s): 01/02 De: 12/12/19

Disponível em: www.ivatuba.pr.gov.br

Súmula: Fixa o valor para pagamento de obrigações por meio de Requisição de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Publicado no Órgão Oficial

dos Municípios do Estado do Paraná

Ano 2019 Edição nº 1306

Página(s): 146 de: 13/12/19

Disponível em: www.diariomunicipal.com.br/amp

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração Direta e Indireta autorizados a fazerem os pagamentos de débitos ou obrigações do Município de Ivatuba, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que será executado diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atualmente no montante de R\$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do parágrafo 4º do artigo 100 da Constituição Federal, reajustados anualmente, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs, de que trata esta Lei, serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Procuradoria Jurídica do Município cuidará, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para a quitação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor/RPVs, de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.



Município de Ivatuba

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 76.285.337/0001-54

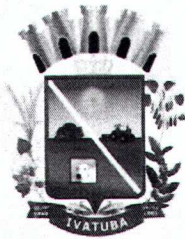
Rua Marechal Floriano, 797 - Centro - Ivatuba - PR - CEP: 87.130-000

Fone/Fax: (44) 3273.1161 - e-mail: pmivatuba@ivatuba.pr.gov.br

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jose Gimenes Alvares, em 12 de dezembro de 2019.

ROBSON RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE IVATUBA

ESTADO DO PARANÁ

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE IVATUBA:76285337000154
PUBLICAÇÃO DO ORGAO OFICIAL
Local: IVATUBA - PARANÁ
Data: 2019.12.12 19:41:30

De acordo com a Lei Municipal nº 556/2012, regulamentada pelo Decreto nº 098/2013

Ivatuba - Pr, quinta-feira, 12 de dezembro de 2019

Ano VII Edição nº 1193

Pág. 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 827/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Súmula:- Altera a Legislação Tributária para o exercício de 2020, com aplicação de atualização da Planta Genérica de Valores de Tributos Municipais e Unidade Fiscal do Município - UFM, Valor Venal da Avaliação Imobiliária Rural e Urbana, alíquotas e percentual de desconto de IPTU, previstos pela Lei Municipal nº 260/2001 (Código Tributário Municipal),

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º - Fica atualizada a Planta Genérica de Valores dos Tributos Municipais, com reajuste em 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento), para o exercício de 2020, constante da Lei 260/2001 (Código Tributário Municipal), decorrente da variação IPCA/2018, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visando atualização anual do Orçamento Municipal.

Parágrafo único - Em vista da correção havida, o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, com base na previsão da inflação de 2018, será de R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais), a partir de 1º de janeiro de 2020, de forma a adequar a Receita à Despesa, nos termos fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Para efeito de fixação da base de cálculo para recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, previsto na Lei Municipal nº 260/2001 (Código Tributário Municipal), e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, de competência do Estado, incidente sobre as avaliações imobiliárias rurais para o exercício de 2020, o valor venal a ser fixado para o hectare no município de Ivatuba será corrigido com base apenas nas perdas inflacionárias de 2018, passando a valer R\$ 63.093,00 (sessenta e três mil, noventa e três reais) e o alqueire paulista o montante de R\$ 152.686,80 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

Parágrafo único - Para efeito de recolhimento do ITBI, o valor venal do imóvel urbano será fixado na quantia de R\$ 55.948,46 (cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais, quarenta e seis centavos), tendo como base o imóvel médio de 600,00 m², resultando o valor do metro quadrado de R\$ 93,24 (noventa e três reais e vinte e quatro centavos), localizado no perímetro urbano de Ivatuba e demais localidades urbanas, sujeitos à apuração de valores superiores um função dos negócios jurídicos realizados, compra e venda em imobiliárias e sites especializados sobre a matéria.

Art. 3º - Secretaria Municipal de Fazenda fica autorizada a adotar os mecanismos administrativos pertinentes para

consecução da presente Lei, em relação às demais taxas e serviços públicos, tendo por base o valor da Unidade Fiscal do Município.

Art. 4º - O valor do desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício de 2020, será de 10% (dez por cento), sendo que a agenda para pagamento do tributo e a quantidade das parcelas serão estabelecidas pela Secretaria de Fazenda, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jose Gimenes Alvares, em 12 de dezembro de 2019.

**ROBSON RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL**

LEI Nº 828/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Súmula: Fixa o valor para pagamento de obrigações por meio de Requisição de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

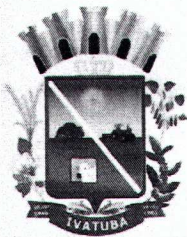
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração Direta e Indireta autorizados a fazerem os pagamentos de débitos ou obrigações do Município de Ivatuba, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que será executado diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente - Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atualmente no montante de R\$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do parágrafo 4º do artigo 100 da Constituição Federal, reajustados anualmente, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs, de que trata esta Lei, serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ivatuba dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ivatuba.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE IVATUBA

ESTADO DO PARANÁ

De acordo com a Lei Municipal nº 556/2012, regulamentada pelo Decreto nº 098/2013

Ivatuba - Pr, quinta-feira, 12 de dezembro de 2019

Ano VII Edição nº 1193

Pág. 2

ATOS DO PODER EXECUTIVO

cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Procuradoria Jurídica do Município cuidará, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para a quitação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor/RPVs, de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jose Gimenes Alvares, em 12 de dezembro de 2019.

**ROBSON RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL**

LEI Nº 829/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Institui o Programa "NATAL SEM FOME - 2019" e, dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º - Fica por força da presente Lei, instituído o Programa "NATAL SEM FOME - 2019" pelo Governo Municipal - Poderes Executivo e Legislativo de Ivatuba - bem como autoriza o Município a adquirir 100 (cem) cestas-básicas, contendo diversos gêneros alimentícios, para serem distribuídas às famílias em situação de vulnerabilidade financeira, selecionadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da parceria com a Instância de Controle do Programa Bolsa Família - ICS, conforme cópia anexa do Processo Administrativo nº 2268, de 25 de novembro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas de execução do objeto proposto pelo artigo anterior, fica o Executivo Municipal autorizado a realizar licitação para aquisição de cestas básicas até o montante de R\$ 12.706,00 (doze mil, setecentos e seis reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ivatuba, aos 12 de dezembro de 2019.

**ROBSON RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL**

DECRETO Nº 161/19

Súmula:- Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista as disposições contidas no § 2º, artigo 6º da Lei Orçamentária nº. 809 de 18/12/2018 e no artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64,

DECRETA:-

Art. 1º - Fica aberto no orçamento em execução, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

05.004.04.122.0002.2.023 - Manutenção da Gerência de Fiscalização e Obras

3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - fonte: 01000	6.000,00
-----------------	---	----------

08.001.10.301.0011.2.035 - Manutenção da Gerência de Saúde

3.3.90.14.00.00	Diárias - pessoal civil - fonte: 01303	1.000,00
Valor da Suplementação.....:		7.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para cobertura do Crédito aberto pelo artigo anterior, serão provenientes do provável excesso de arrecadação das fontes: 01000 e 01303, supra citadas, nos termos do inciso II § 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, conforme Demonstrativo abaixo:

código	denominação da receita	fonte	valor - R\$
1321.00.11.01.00.00.00.00	Recursos livres - remuneração de depósitos bancários	01000	6.000,00
1113.03.1.1.02.00.00.00.00	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder legislativo	01303	
			1.000,00
Valor do provável excesso de arrecadação			7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES,
aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove).

**ROBSON RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL**

**JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA
CONTADOR CRC -13.462/O-8**

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ivatuba dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ivatuba.pr.gov.br

Publicado por:
Marcia Cardoso Gonçalves
Código Identificador:816172A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 827/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Súmula:- Altera a Legislação Tributária para o exercício de 2020, com aplicação de atualização da Planta Genérica de Valores de Tributos Municipais e Unidade Fiscal do Município - UFM, Valor Venal da Avaliação Imobiliária Rural e Urbana, alíquotas e percentual de desconto de IPTU, previstos pela Lei Municipal nº 260/2001 (Código Tributário Municipal),

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º - Fica atualizada a Planta Genérica de Valores dos Tributos Municipais, com reajuste em 3,75% (três vírgula setenta e cinco por cento), para o exercício de 2020, constante da Lei 260/2001 (Código Tributário Municipal), decorrente da variação IPCA/2018, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visando atualização anual do Orçamento Municipal.

Parágrafo único - Em vista da correção havida, o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, com base na previsão da inflação de 2018, será de R\$ 404,00 (quatrocentos e quatro reais), a partir de 1º de janeiro de 2020, de forma a adequar a Receita à Despesa, nos termos fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Para efeito de fixação da base de cálculo para recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, previsto na Lei Municipal nº 260/2001 (Código Tributário Municipal), e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, de competência do Estado, incidente sobre as avaliações imobiliárias rurais para o exercício de 2020, o valor venal a ser fixado para o hectare no município de Ivatuba será corrigido com base apenas nas perdas inflacionárias de 2018, passando a valer R\$ 63.093,00 (sessenta e três mil, noventa e três reais) e o alqueire paulista o montante de R\$ 152.686,80 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

Parágrafo único - Para efeito de recolhimento do ITBI, o valor venal do imóvel urbano será fixado na quantia de R\$ 55.948,46 (cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais, quarenta e seis centavos), tendo como base o imóvel médio de 600,00 m2, resultando o valor do metro quadrado de R\$ 93,24 (noventa e três reais e vinte e quatro centavos), localizado no perímetro urbano de Ivatuba e demais localidades urbanas, sujeitos à apuração de valores superiores um função dos negócios jurídicos realizados, compra e venda em imobiliárias e sites especializados sobre a matéria.

Art. 3º - Secretaria Municipal de Fazenda fica autorizada a adotar os mecanismos administrativos pertinentes para consecução da presente Lei, em relação às demais taxas e serviços públicos, tendo por base o valor da Unidade Fiscal do Município.

Art. 4º - O valor do desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício de 2020, será de 10% (dez por cento), sendo que a agenda para pagamento do tributo e a quantidade das parcelas serão estabelecidas pela Secretaria de Fazenda, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jose Gimenes Alvares, em 12 de dezembro de 2019.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:441A5AB5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 828/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Súmula: Fixa o valor para pagamento de obrigações por meio de Requisição de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração Direta e Indireta autorizados a fazerem os pagamentos de débitos ou obrigações do Município de Ivatuba, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que será executado diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente - Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo único - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atualmente no montante de R\$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do parágrafo 4º do artigo 100 da Constituição Federal, reajustados anualmente, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Os pagamentos das RPVs, de que trata esta Lei, serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - A Procuradoria Jurídica do Município cuidará, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para a quitação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor/RPVs, de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jose Gimenes Alvares, em 12 de dezembro de 2019.

ROBSON RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:38AB7407

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 829/2019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Institui o Programa "NATAL SEM FOME - 2019" e, dá outras providências.